

Instituições escolares no Centro-Oeste catarinense: introduzindo a construção da sua história

Nilson Thomé*

Resumo

Inserido nos estudos regionais de História da Educação Brasileira, neste artigo o autor aborda seus trabalhos na temática da História das instituições educativas no Centro-Oeste do estado de Santa Catarina. A partir da apresentação do vocábulo “contestado”, que identifica esta região geográfica, o texto expõe a base teórica, o método adotado, as estratégias utilizadas para o levantamento de fontes, comenta o aproveitamento de memórias e de arquivos, a coleta de dados, a análise e construção de históricos de instituições regionais, com destaque para as escolas, resultado de trabalhos conjuntos de historiadores e pedagogos.

Palavras-chave: Contestado. Escolas. História. Instituições. Memória.

Introdução

A temática “instituições escolares”, sob o ponto de vista da história, tem evoluído significativamente desde há cerca de trinta anos no Brasil, principalmente a partir do desenvolvimento dos programas universitários de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados) na área da história da educação brasileira.

Essa intervenção quer expor e trabalhar um pouco os conceitos de alguns termos, ora ligados, ora dissociados, de

* Mestre em educação pela Unicamp, Doutor em Educação (História e Filosofia) pela Universidade Estadual de Campinas. Professor e pesquisador junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Contestado e do Programa de Pós-Graduação da Uniplac - SC.

Recebido: 08/02/2012 – Aprovado: 13/07/2012

“instituição”, de “instituição escolar”, de “história e pedagogia” e de “contestado”, para que no final possamos levantar o assunto “instituições escolares na região do contestado”, tema deste trabalho.¹

Contestado

O território contestado² é uma ampla área do terceiro planalto sulbrasileiro que, no passado, era disputada pelos estados do Paraná e de Santa Catarina. Tal área foi dividida praticamente ao meio, em 1917, para solução à questão de limites. Em seu interior, há uma área menor, agora localizada no Centro-Oeste do estado de Santa Catarina, denominada de região do Contestado,³ formada pelas atuais microrregiões do Planalto Norte, do Contestado, do Meio-Oeste, do Alto Vale do Rio do Peixe, e partes das microrregiões do Alto Uruguai, da Serrana e do Alto Irani que, no conjunto, somam 30.000 km² de área.

A região do Contestado tem sua configuração geográfica e sua história compartilhadas por sessenta municípios, onde o número de habitantes alcança cerca de novecentos mil, na peculiaridade de possuírem praticamente os mesmos registros históricos das pioneiras frentes de ocupação humana, desde os vestígios das primitivas civilizações, a memória das nações indígenas, as entradas dos bandeirantes paulistas, dos curitibanos-paranaenses e dos gaúchos rio-grandenses, passando pelos acontecimentos da Guerra do Contestado⁴ e da questão de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, que disputaram suas fronteiras de 1853 a 1917. Os municípios compartilham também

os efeitos do avanço do imperialismo, o domínio político concentrado em poucos coronéis, as questões fundiárias, o processo de colonização por imigrantes, os movimentos revolucionários da República Velha, a falta de escolas, o advento da industrialização e a urbanização. A história regional é comum a todos os povos do Contestado e, olhada hoje, estende-se do povoamento às principais características de desenvolvimento social, cultural, político e econômico de cada município que constitui esta parte de Santa Catarina.

Por disposição do ato político “Acordo de Limites”, no ano de 1917, Santa Catarina anexou a maior parte das terras contestadas e então administradas pelo Paraná. Incorporou o espaço do hoje “Grande Oeste”, as populações e os bens nele construídos. De repente, como que levadas por um sopro, milhares de paranaenses passaram a ser catarinenses. Municípios até então do Paraná foram extintos e desmembrados, enquanto que, na mesma área, Santa Catarina criou outros municípios. Rapidamente, desenharam-se novos mapas no sul do Brasil.

Na amplitude de todo o território Contestado, até julho de 1917, o estado de Santa Catarina compreendia apenas as áreas integrantes dos municípios de Lages, Curitibanos, Campos Novos e Canoinhas, que constituíam o habitat do homem mais antigo do Contestado⁵ depois dos índios. A partir do momento em que foi homologado o Acordo de Limites⁶ entre os dois estados, Santa Catarina incorporou inteiramente as áreas dos municípios paranaenses de Itaiópolis,

de Timbó e de Três Barras, mais aproximadamente a metade do município de União da Vitória, onde criou o município de Porto União, e também cerca da metade do município de Rio Negro, onde estabeleceu o município de Mafra. Ainda, absorveu boa parte do sul dos municípios de Palmas e de Clevelândia, onde criou, respectivamente, os municípios de Cruzeiro e Chapecó. Novos municípios, como Caçador e Concórdia, somente foram criados em 1934 e, os outros, após 1944, abrigando o novo habitante do Contestado. Mesmo depois da anexação, devido às distâncias, à falta de comunicações e à pequena integração entre os povos do planalto e do litoral, essa região do interior catarinense permaneceu ainda por muitos anos pouco relacionando-se com a capital do estado catarinense.

A maior parte dos municípios do Contestado possui informações sobre suas histórias locais, mas os fenômenos sociais, culturais, educacionais, políticos e econômicos que os interligam regionalmente pouco foram estudados cientificamente. Nessa perspectiva, mesmo encontrando referências sobre a evolução do ensino nos municípios, observávamos que até nossas intervenções ainda não se tinha feito nenhum estudo aprofundado sobre a história educacional específica da região do Contestado.⁷

Instituições

De modo geral, temos que “instituições” são estruturas decorrentes das necessidades sociais básicas, com caráter de relativa permanência e identificável pelo valor de seus códigos de conduta.

O termo se refere a coisas instituídas, criadas, estabelecidas.

Apelando um pouco à sociologia para melhor compreender o significado de “instituição”, precisamos considerar as relações entre os membros de uma coletividade nas suas maneiras de viver, que são calcadas em usos e costumes, voltadas para se obter a harmonização da vida social. A par dessas maneiras de viver, que são temporárias, passageiras, transitórias, as instituições representam mais do que simples usos e costumes: dizem respeito a valores superiores, permanentes e organizados.

As instituições são criadas pelo homem para o atendimento a certos interesses ou a determinadas necessidades, de caráter permanente. Existem para atender necessidades básicas, estruturais, e não para satisfazer necessidades passageiras, transitórias, conjunturais. E sendo criadas, não se constituem como algo pronto e acabado. Sendo originárias dos homens para atuar na sociedade em que os homens vivem, as instituições reúnem conjuntos de agentes que travam relações entre si e que interagem com a sociedade à qual servem.

Uma instituição envolve obrigatoriamente um conceito (uma ideia, teoria ou interesse) e uma estrutura (que fornece os elementos para a realização do conceito). Assim, quando os homens têm um interesse que, do individual passa para o coletivo, quando esta necessidade interessa a todos os membros de uma sociedade, é produzida uma estrutura para atendê-la... e esta estrutura é que será a instituição. Quando determinada atividade se institucionaliza, tem-se

uma instituição encarregada de realizá-la. Em suma, podemos dizer que, de modo geral, o processo de criação de instituições coincide com o processo de institucionalização de atividades que antes eram exercidas de forma assistemática, informal, espontânea, não institucionalizada.

Para Flávia Obino Corrêa Werle,

As instituições são lugares de ação social e, como tal, marcadas pelo tempo, espaços e pessoas. São formas sociais dotadas de organização jurídica e material, cujo estudo envolve a análise de suas origens, gênese, estabilidade, rupturas e processos de formação. Elas são o espaço real, tanto objetivo como subjetivo, no qual vivenciamos relações, valores, normas, poder, experiências de lideranças, rivalidades, conflitos e competição (2004, p. 109).

As instituições são um espaço objetivo, material, concreto, a partir da consideração de sua base material, a qual constitui o primeiro elemento de sua materialidade, a ancoragem primordial da instituição. A experiência da instituição e seus espaços oferece a sensação de existir aqui, de estar nessa situação, permitindo percepções, observações, descrições e representações (BUTELMAN apud WERLE, 2004, p. 111).

Em estudo sobre instituições, Werle destaca o fato de essas serem um espaço objetivo e, também, um espaço subjetivo, pois se reconstroem na memória a partir das relações vividas em tempos e espaços definidos, compreendidos e memorizados a partir das subjetividades particulares dos que nelas viveram e se relacionaram. Ela entende que as instituições

[...] são um espaço subjetivo, pois, embora as dimensões de continuidade e duração lhe sejam muito evidentes, nelas também se inscrevem relações de autonomia, de liberdade, na medida em que há uma pluralidade de modos de pertencimento e maneiras de interagir que produzem compreensões diferenciadas acerca da própria instituição [...]. Uma instituição é a idéia que os seus membros fazem dela e a definição que a comunidade dá a respeito da mesma [...]. Trabalhar com esta dimensão subjetiva na qual a instituição se produz, implica em aceitar múltiplas formas de caracterizá-la, ligada àqueles que nela atuaram, seus papéis, visões de mundo e relacionamentos. Assim não há uma, mas múltiplas histórias da instituição, de acordo com os grupos que as contam e com a época em que vivenciaram a instituição.

Desentranhar essas memórias e histórias da instituição contribui para torná-la mais viva, evitar o esclerosamento e a hipertrofia do instituído. Dar fala a seus diferentes atores que, em diversas posições e em diferentes tempos viveram a instituição, revela suas múltiplas estratégias de construção e as variadas e muitas vezes conflitantes identidades institucionais e os processos de rejeição e aproximação que em seu interior se construíram. Ocupar-se da memória institucional é analisar e abordar relatos históricos para chegar à organização e a suas práticas [...]. (2004, p. 112).

Em maio de 2005, na Uniso, nosso grupo de estudos e pesquisas do Programa de Doutorado em Educação, o GT Histebr, com sede nacional na Unicamp, realizou em Sorocaba sua V Jornada,

daquela vez com a temática das “Instituições escolares”. Foi uma oportunidade ímpar para que diversos estudiosos relatassem o andamento ou resultados das suas pesquisas especificamente acerca do tema. Dentre os conferencistas estava o Dr. Demerval Saviani, que consideramos um ícone nos fundamentos da educação brasileira, que, naquela oportunidade, conceituou a palavra “instituição” com significados agrupados em quatro diferentes acepções.⁸

Interessou-nos, tanto quanto Saviani, a quarta acepção encontrada do termo instituição, que retém a ideia de coesão, de aglutinação em torno de determinados procedimentos (método); de determinados elementos distintos formando uma unidade (sistema); de certas ideias compartilhadas (escola, aqui no sentido de um grupo de indivíduos reunidos em torno de um mestre ou orientação teórica, como nas expressões “escola filosófica”, “escola de Frankfurt”, “escola dos Annales”); de uma crença e rituais comuns (seita); ou de um conjunto coerente de ideias que orientam a conduta (doutrina). Sua manifestação serviu bastante para a compreensão da origem e desenvolvimento histórico da escola, vista como um fenômeno de continuidade na descontinuidade.

Observamos que, em 2010, o slogan do evento “50 anos de pedagogia: nossa história para contar” remete-nos à introdução do histórico da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (Fafiuv), onde consta que

as instituições são filhas de seu tempo; são concebidas e construídas a partir das condições concretas e do esforço conjunto de uma determinada formação social, são, portanto, históricas. Deste modo, para serem devidamente entendidas, as instituições clamam pelo contexto que lhes deu origem e apelam para as condições históricas que alicerçam seu caminho, que estimularam ou que frearam o seu desenvolvimento (<http://www.fafiuv.br/historico.php>).

Voltando a Saviani, lembrava ele em sua fala de 2005 que como o termo “instituição” implica um plano, a instrução, o ensino e a formação, assim como um método, um sistema e uma doutrina em torno da retórica “educação”, na análise léxica da palavra, observa-se que a expressão “instituição educativa” já nos soa como uma espécie de pleonasm. Com efeito, a própria ideia de educação já estaria contida no conceito de instituição.

Instituições escolares

A escola é a instituição incumbida de educar, de socializar o indivíduo. Visa ao desenvolvimento da pessoa e à sua integração no meio social. É a agência encarregada pela sociedade da educação formal das pessoas. Para isso, usa dois meios: instruir e educar. Suas finalidades básicas, então, são: as finalidades instrutivas, entendendo-se a instrução inicial para o aperfeiçoamento, do geral ao específico, por níveis, por idade; e finalidades educativas, que envolve praticamente todos os tipos de educação, compreendendo:

- a) *educação intelectual* - É a soma de conhecimentos que desenvolvem a inteligência. Prepara a pessoa para a aquisição de conhecimentos técnicos e científicos. Capacita a pessoa a pensar por si mesma;
- b) *educação física, desportiva e sanitária* - compreende exercícios físicos, conhecimento e prática de esportes, higiene e hábitos alimentares, mais o desenvolvimento de sentimentos: lealdade, coragem, humildade, generosidade, dignidade, moderação, modéstia e outros;
- c) *educação artística* - trabalha o despertar da imaginação, aumentar a capacidade de expressão e desenvolver o espírito de criatividade. Busca a capacidade de produzir obras de arte e apreciar as manifestações estéticas;
- d) *educação moral, cívica, política e religiosa* - trata da junção destes itens para formar na pessoa a aquisição de hábitos, costumes, praticados na sociedade em que vive. Discute direitos e deveres, e destaca honestidade, respeito, cooperação, solidariedade;
- e) *educação profissional* - prepara para uma profissão. Dedicar-se ao ajuste da vocação da pessoa ao trabalho. Ensina técnicas profissionais.

Interessa-nos, neste estudo, a abordagem apenas sobre as “instituições educativas ou, mais especificamente, sobre as “instituições escolares”. Este tipo de instituição não atua isoladamente na

área da educação. Contam com a participação e o envolvimento de muitas outras instituições não formais e informais, como a Igreja, a família etc. – igualmente importantes – razão pela qual são complementares umas às outras, auxiliando-se mutuamente no atendimento às necessidades e/ou aos interesses das comunidades a quem servem.

O universo do tema “instituições escolares” é infinitamente amplo, ainda que enfocando apenas as escolas. O que se pode pesquisar sobre elas? A história ou a atualidade?... Quais partes... Os prédios escolares? Os corpos docentes de ontem e de hoje? Os projetos político-pedagógicos? Os currículos? Os conteúdos das disciplinas? As diretorias? As origens e os aproveitamentos dos alunos? Os egressos? Os espaços complementares de bibliotecas e de laboratórios? Os equipamentos didático-pedagógicos utilizados? A localização, se rural ou urbana? As áreas físicas dos entornos? As merendas? Os regimentos ou regulamentos? Os livros didáticos? Os conselhos de classe? O envolvimento dos pais de alunos? O uso político? Os fichários e arquivos da secretaria?... O quê?

A temporalidade recente das escolas é algo que pode ser vista e analisada nos estágios de observação – como o de gestão escolar – realizados por alunos de cursos superiores de licenciaturas, mais especificamente, dos cursos de pedagogia. A observação no e do tempo presente é exigência curricular aos alunos, tanto quanto é exigência o estágio docente em sala de aula.

Já o estudo das escolas pela temporalidade do passado, a história das es-

colas, não é atividade pura e simples de atribuição aos pedagogos – graduandos, graduados e, mesmo, pós-graduados em Pedagogia – ainda que alguns, quando formados e lançados no mercado de trabalho, ao encontrarem estabelecimentos de ensino que não conhecem suas origens, seu passado, sintam-se atraídos e tentados a “escrever a história da escola”.

Em rápida intervenção, Décio Gatti Júnior aponta-nos que a história da educação, que no Brasil nasceu de “mãos dadas” com a Pedagogia, finalmente, posiciona-se, pelo menos, do ponto de vista paradigmático, na órbita da história e não mais da educação. Escreve ele que no Brasil, ainda que com diversas dificuldades, devido à inexistência de repertórios de fontes organizados, alguns historiadores e educadores têm-se lançado à tarefa de historiar a educação escolar brasileira, através da construção de interpretações acerca das principais instituições educativas espalhadas pelas diversas regiões brasileiras. Explica que

Nesse sentido, a História das Instituições Educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem. Parece-nos que a ênfase dada às análises mais sistêmicas cedeu lugar às análises que privilegiam uma visão mais profunda dos espaços sociais destinados aos processos de ensino-aprendizagem (2002, p. 29-30).

História das instituições escolares

Estudamos as instituições escolares pelo lado dos seus aspectos históricos, ou seja, nossa abordagem trata da história dessas instituições, levando em conta uma história do passado, ainda que o tempo histórico se estenda e alcance o presente.

José Honório Rodrigues escreveu em *História e historiadores do Brasil* que a história não é dos mortos, mas dos vivos, como uma realidade presente, obrigatória para a consciência. Tratando da historiografia universal, ao lembrar que a arte da história consiste em manter sempre viva a conexão entre os que contemplam o passado e os que contemplam o presente, afirmou que a história precisa olhar a floresta e não apenas as árvores, oferecendo uma interpretação generalizadora que ajude os vivos a compreender as raízes do presente (1965, p. 14).

Sobre a temática “história das instituições escolares”, certamente será de bom proveito por todos os interessados, a leitura da obra *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*, da Editora Autores Associados, de 2007, contendo capítulos produzidos em atenção ao resultado da VI Jornada do Histedbr, realizada em Ponta Grossa - PR, em 2005, quando o assunto foi retomado por pesquisadores brasileiros em história da educação.⁹

Ensina-nos o Dr. José Luís Sanfelice que toda e qualquer instituição escolar ou educativa merece ser objeto de pesquisa histórica, não existindo ins-

tituição sem história e que não há história sem sentido. Para ele,

não há uma regra que determine um caminho único para se acessar a história de uma instituição escolar ou educativa. O que importa é o que resulta do processo de pesquisa e que em grande parte está condicionado à formação teórica do pesquisador e ao alcance dos seus recursos metodológicos (2007, p. 80).

Acrescentaríamos que nesses casos, além da liberdade que o historiador tem de escolher seu método na investigação e dos recursos que ele dispõe para pesquisar, há de se levar em conta também a sua afinidade pessoal com o sistema e os processos educativos. Vale lembrar que construir história é tarefa para os historiadores, sejam originalmente derivados das licenciaturas, sejam dos bacharelados em história e pós-graduados em História. Isso porque História é ciência, e ciência só se faz com método. Tal exigência, entretanto, não elimina a participação de pedagogos no processo, nos rumos das investigações, como fontes históricas informativas e esclarecedoras de grande valor.

Qualquer povo só constitui uma sociedade humana se tem uma história para poder perpetuar a sua identidade, preservar seus traços culturais e cultivar suas tradições. A história de um lugar qualquer só é compreendida a partir da fixação nele de uma sociedade organizada que, por diversos feitos, modifica a realidade. A ação dos homens sobre a natureza, suas relações e as transformações provocadas, constituem o conjunto de fatos que marcam, no decurso do tem-

po, a história desta civilização. É nesse contexto que se inserem as instituições. Assim, por conseguinte, também se inserem as instituições escolares.

Instituições escolares no Contestado

Em se tratando das instituições escolares no Contestado, antes de tudo precisamos falar um pouco sobre Contestado, este, por sua vez, também um assunto infinitamente amplo, um termo polissêmico de múltiplos significados e que nos induzem a inúmeras interpretações. Claro que aqui não vamos tratar da história do Contestado ou da história da Guerra do Contestado, amplos temas, merecedores de serem desenvolvidos em outros simpósios. Mas, só poderemos entender as nossas instituições escolares (do Contestado) se as envolvermos com a nossa história regional (do Contestado).

Em momentos anteriores, já estudamos as instituições escolares no Contestado por duas variáveis: a primeira, na dissertação de mestrado em Educação, quando associamos esta categoria à história da política eleitoral no Contestado; a segunda, por ocasião da tese de Doutorado, quando associamos as instituições escolares ao estudo da formação do homem do Contestado. Nessas pesquisas constatamos que não se pode querer interpretar as instituições escolares apenas pelo enfoque educacional. Há que se considerar outros fatos.¹⁰

Em *História sincera da República*, Basbaum tem que, em história, não existe causa única para um fato. Enten-

dendo que a história não é uma simples sucessão de causa e efeito, ele cita Zdanov para registrar que a análise histórica não é uma simples enumeração de alguns fatos expostos sem ligações uns com os outros e simplesmente justapostos.

Na verdade são em geral múltiplas as causas determinantes, agindo em conjunto e ao mesmo tempo umas sobre as obras. Por outro lado, não somente o passado determina o presente. Há na realidade um permanente fluxo entre as várias causas simultâneas, entre os efeitos e as causas, entre o passado e o presente (ZDANOV apud BASBAUM, 1976, p. 12).

Nas nossas investigações sobre a história da educação no Contestado, articulamos as categorias de origem, ocupação, colonização, imigração e povoamento. Os itens principais dos estudos sobre o Contestado não podem deixar de ser a origem do homem, o espaço geográfico livre, a ocupação e o uso da terra, a formação do território, as redes viárias, fluviais e ferroviárias, a cultura e formação comunitária, o poder, o controle social e a educação. Associamos o termo “espaço livre” à região do Contestado. Não se devem confundir os termos usados de “território livre” ou de “espaço livre” com “vazio”, “desocupado” ou “desabitado”, estes que têm outro significado, como nos ensina Milton Santos (1978, p. 80-83). Citamos Claude Reffestin (1993), quando ele considera que o termo território não é idêntico ao conceito de espaço. Este é anterior àquele. O território se forma a partir do espaço livre, mediante a ação coordenada

dos homens. O território do Contestado é resultado das transformações no espaço, das redes de transportes; é resultado da imigração, da colonização e da urbanização; é resultado do interesse do Estado em controlar o espaço.

Temporalmente, temos dois momentos históricos para o Contestado: o antes e o depois da Guerra do Contestado (1913-1916). O primeiro atinente ao espaço livre e o segundo vinculado à formação do território. Geograficamente temos dois locais para o Contestado: o paranaense, na parte setentrional, e o catarinense, no setor meridional, separados pelos entendimentos dos limites entre os dois Estados. Os estudos sobre a educação precisam respeitar as dualidades nessas divisões do tempo histórico e do espaço geográfico, para serem melhor desenvolvidos.

O meio das dualidades no nosso estudo refere-se à ruptura: o momento em que ocorre a Guerra do Contestado. Coincide com a Primeira Guerra Mundial. Uma nova roupagem do capitalismo – monopolista e imperialista – adentra com força no Contestado. A ruptura é social e cultural. No sentido em que, ao olhar do opressor, uma determinada população residente, a cabocla luso-brasileira, é fadada ao desaparecimento, para viabilizar sua substituição por outra (de imigrantes, colonos), dos primeiros restando alguns sobreviventes. A limpeza da área foi radical. Foi uma guerra de extermínio. O rompimento das relações antigas, de um espaço geográfico livre amplo, de um território organizado, deu-se quando os caboclos tiveram que conviver com a moderniza-

ção do território, mediante a ação firme e resoluta do Estado intervencionista (brasileiro, paranaense e catarinense) e de investimentos de capitais estrangeiros (presença do imperialismo no coração do espaço livre).

O movimento histórico do capital na região do Contestado revela uma política econômico-social coerente com o Estado intervencionista associado aos grupos monopólicos estrangeiros; revela a ruptura nos costumes e na forma de viver e trabalhar da população; revela, ainda, a transição de uma época de poucas escolas e de formação de homem para uma política educacional de atendimento à população, já na época da colonização em marcha.

O homem caboclo do Contestado, primitivo foi cindido pela guerra e substituído pelo homem colonizador, o homem colono de um novo ambiente rural, produtor, que a seguir será o moderno, o industrialista, o urbano. Nesse processo de expansão do capitalismo imperialista, a educação escolar vai se desenvolver timidamente em toda a área do antes “antigo espaço livre” e agora território Contestado, sendo que, de cada lado dos cursos dos rios Negro e Iguaçu, acontecerá conforme os ordenamentos e as regulamentações de cada Estado: do Paraná na parte setentrional, e de Santa Catarina, na parte meridional.

História das instituições escolares no Contestado

Para trabalhar este tema específico, na junção das categorias história + instituições + escolas + Contestado, ao escolher uma instituição educativa

como objeto da futura investigação, cabe ao historiador planejar a sua pesquisa, usando uma base teórica que lhe permita avançar metodologicamente, sem incorrer nos riscos do anacronismo.

Uma escola não tem vida própria. Não é independente. Não existe por si só. Por isso, não pode ser analisada isoladamente. Em sendo assim, é preciso situá-la nos contextos em que encontra: no contexto histórico de tempo (período da sua existência a ser pesquisado), no contexto geográfico de espaço (a localização e o entorno); no contexto de nível (escala do grau em que atua), no contexto social de público-alvo (especificidades da clientela), no contexto institucional de dependência (pública ou privada, particular, comunitária ou confessional), com os necessários cuidados para observar que as instituições, apesar do caráter permanente não são estáticas no interior desses contextos. Por exemplo, uma escola pode ter sido criada como particular e no decorrer dos anos ter sido estatizada, pode ter mudado de local ou substituídos os prédios, pode ter ampliado os níveis da atuação, pode ter alterado o projeto político-pedagógico etc. Existem e devem ser consideradas as mobilidades horizontal e vertical.

No nosso caso, para montar um estudo pioneiro mais amplo não de uma escola da região, mas da educação regional, adotamos o método dialético. Esse método se caracteriza pelo confronto entre dois enfoques contraditórios sobre um mesmo tema, resultando uma compreensão mais abrangente sobre a questão. A dialética incorpora as duas dimensões: dedução (do geral ao singu-

lar e indução (do particular ao geral). Usamos quase esta mesma orientação de contextos. Assim, separamos as partes a serem investigadas, dentro daquilo a que já nos referimos: deve-se olhar a floresta e não apenas as árvores... e então, esboçamos uma pesquisa levando em conta, por exemplo, a dualidade de tempo: antes e depois da Guerra do Contestado; a dualidade de espaço: Paraná e Santa Catarina; a dualidade de público-alvo: caboclos no espaço livre e colonos no território; a dualidade de organização regimental etc.

Há muito a historiografia vem considerando que as realidades criadas pelas experiências da atividade humana não podem ser somente analisadas a partir de seus aspectos globalizantes, mas, também, dentro das suas particularidades e singularidades, que se manifestam principalmente e de forma riquíssima no nível local. Essa nova postura, difundida de forma generalizada pela escola dos *Annales*, possibilitou a abertura de novas fronteiras interpretativas, ampliando o campo das fontes documentais, e estabelecendo novos horizontes para as investigações, entre os quais destacam-se a análise da realidade local, sem perder de vista, é claro, o conjunto da sociedade (CARVALHO, 2007, p. 51).

É conhecendo a legislação educacional do Estado que se entenderá o regimento escolar de um estabelecimento de ensino da rede estadual. É conhecendo o plano de carreira, cargos e salários, que se compreenderá a vida profissional do professor.

Como se pode perceber, historiar uma instituição educativa, tomada na sua pluridimensionalidade, não significa laudatoriamente descrevê-la, mas explicá-la e integrá-la em uma realidade mais ampla, que é o seu próprio sistema educativo. Nesse mesmo sentido, implicá-la no processo de evolução de sua comunidade ou região é evidentemente sistematizar e re(escrever) seu ciclo de vida em um quadro mais amplo, no qual são inseridas as mudanças que ocorrem em âmbito local, sem perder de vista a singularidade e as perspectivas maiores. Este é o dilema de quem, ao mesmo tempo, precisa definir os contornos gerais da floresta, mas também, para não torná-la abstrata e genérica, precisa conhecer a especificidade de suas árvores (BUFFA; NOSELLA, 1996, p. 19).

No campo da história e, por extensão, da história da educação, Santa Catarina não assumiu por inteiro os acontecimentos que envolveram a população da parte paranaense do Contestado até 1917. A historiografia catarinense, muito política, descritiva e oficial, até por volta de 1970 periodizada por gestões governamentais, representada por seus historiadores domiciliados na capital, contempla a história do Contestado-Catarinense¹¹ e incorpora as histórias do território anexado só a partir do que considera como a “conquista do Oeste”, salvo raríssimas exceções. Isso ocorre, no nosso entendimento, pela falta de critérios. Já a historiografia paranaense, em especial a contemporânea, deixando de lado os fatos passados nas terras perdidas, tem se preocupado apenas com os acontecimentos passados no interior

das suas atuais fronteiras. Diante das omissões aos acontecimentos relacionados especificamente à história do Contestado-Paranaense¹² até 1917, esta parte do conhecimento ficou na orfandade, em prejuízo à construção da história do Contestado.

Por esse motivo, o período que envolve a Guerra do Contestado (1913-1916) e o Acordo de Limites entre os Estados (1916-1917) é por nós considerado como o “divisor de águas” na história da educação no Contestado e também, por consequência, da história das instituições escolares no Contestado.

Levantamento e catalogação de fontes

No Paraná, Maria Isabel Moura Nascimento vem liderando o projeto de pesquisa intitulado: “Reconstrução Histórica das Instituições Escolares Públicas do Estado do Paraná”, que está em desenvolvimento pelos GTs do Histedbr de cidades do estado do Paraná, com base no resgate, recuperação, manutenção e registro das fontes históricas. O período histórico da pesquisa está delimitado aos anos iniciais do regime republicano no Brasil, até 1950, que corresponde ao período de criação dos primeiros grupos escolares públicos no Paraná e também no Brasil, como concretização do importante papel da educação no processo de desenvolvimento e modernização da sociedade brasileira.

O trabalho de resgate vem se defrontando com dois problemas presentes nas investigações da história das instituições escolares: o trabalho de

levantamento e catalogação de fontes diante das precárias condições de armazenamento e manutenção pelas escolas públicas; e o trabalho de articulação dos diversos tipos de fontes, de modo a não deixar escapar as características e o significado do fenômeno investigado, como ensina Saviani. Nesse sentido, considera-se o processo de resgate das fontes históricas e de reconstrução da história das instituições escolares uma forma de ampliar as possibilidades de compreensão da própria história da educação, na medida em que se relacionam com o todo e não são uma mera subdivisão da educação.

Como a reconstrução histórica depende essencialmente das fontes, que são o ponto de origem, a base e o ponto de apoio para a produção historiográfica, Maria Isabel destaca que o resgate das fontes das instituições escolares ganha significado na medida em que traz a expressão de sujeitos ou grupos sociais específicos, que representam um contexto histórico determinado, sendo relevantes para compreensão da história da educação de uma sociedade. Ela relata que

este trabalho de recuperação das fontes históricas das Instituições Escolares do Paraná tem algumas particularidades, como o fato de inexistirem as fontes históricas de algumas escolas públicas, ou quando existem, precisam ser organizadas, tratadas de forma que a sua história não seja perdida. Por esta razão, acredito que essa pesquisa contribuirá para desvelar além da história das instituições escolares, também parte da história das cidades e das regiões participantes do projeto,

com o compromisso de promover o fortalecimento dos laços de pertencimento. Consideram-se as fontes primárias coletadas na pesquisa como fundamentais para a compreensão da institucionalização, constituição e implantação das primeiras escolas na região e para a reconstrução histórica.

[...] A pesquisa tem apresentado muitos desafios, devido às situações em que o pesquisador e seus colaboradores percebem que as escolas públicas estão com a documentação abandonada, em processo de deterioração. Ou, em alguns casos, a documentação está sob a tutela de um dirigente ou professor da instituição, a mercê de sua boa vontade, que trata a documentação como propriedade particular, sem considerar os interesses coletivos da comunidade escolar, ou da sociedade. Como o desenvolvimento do projeto depende basicamente das fontes históricas, que são o ponto de partida para a produção historiográfica, ficamos preocupados e frustrados quando nos deparamos com a inexistência dos documentos relativos à criação da escola, e mesmo os relativos ao seu desenvolvimento histórico.

[...] As Instituições Escolares, salvo pouquíssimas exceções, não têm a cultura que leve a uma prática contínua de preservação de fontes. Encontramos com frequência a existência do arquivo morto como um amontoado de papéis, caixas velhas, instalados em cubículos, porões ou banheiros quebrados, onde a poeira, a umidade e as traças se encargam de executar a deterioração do material (Revista HISTEDBR on-line).

História, memória e arquivo

Nos nossos diversos trabalhos científicos em história do Contestado e em história da educação, utilizamos uma dualidade, ou duas categorias – memória e história – que são diferentes, mas que se atraem, ou seja, são contradições que se completam. Enquanto a memória (individual ou coletiva) se alimenta de lembranças vagas e contraditórias, a história é, ao mesmo tempo, um somatório de registros, marcados pelo distanciamento dos fatos, com problematizações, críticas e reflexões. Outras categorias são por nós também utilizadas, como a da lembrança, pois é missão do historiador lembrar o que os outros esquecem, e a do esquecimento (amnésia), provocada pela desmemorização, proposital ou acidental. Para provocar a memória, usam-se muito as técnicas da história oral. Quando nos dirigimos ao passado, usamos as lembranças para que a memória seja ativada e, aí, encontramos fatos que foram objetos de esquecimento, fatos que foram desmemorizados, por um ou outro motivo. Vale destacar que lembrar não é reviver, mas, sim, reconstruir as experiências do passado com as imagens do presente. A memória seria, também para nós, então, a porta de entrada ao passado.

A par da memória, temos o arquivo, que é a base concreta de dados disponíveis para investigações. Esta outra dualidade – arquivo e história – igualmente expressa categorias diferentes que se atraem. O arquivo é aquele que está posto, acabado, disponível. É mudo, estático, só fornece os dados que lhe são requisitados. Apesar de ser dinâmico e versá-

til pelos trabalhos das pessoas que neles atuam, não está sujeito às lembranças ou aos esquecimentos. É o que é. O arquivo contém a história-acontecimento, os registros oficiais dos fatos ocorridos nos seus tempos históricos. Cabe à história usar o arquivo como fonte de pesquisa, a fim de problematizar os dados, questionar os fatos, cruzar informações e analisar os resultados. Arquivo exige que cada elemento por ele fornecido passe pela crítica interna e externa. Utilizando o arquivo, construímos a história-conhecimento, ou o conhecimento histórico sobre a base pesquisada, a partir da visão do historiador, este que pode ou não ter sido ou ser sujeito vinculado ao objeto. Os arquivos escolares (quando e onde existem), compreendendo as fichas de alunos, os livros de atas de reuniões, os relatórios docentes e discentes, as manifestações de conselhos, os recortes de jornais e revistas, as fotografias, os cartões-pontos são fontes exuberantes de informações.

Nosso enfoque da abordagem das instituições escolares sob o aspecto da história – foi executada. Em matéria de história da educação regional, tratamos numa única leitura da interpretação necessária para que, a partir daí, se abrissem as portas para que os estudos locais fossem realizados sob uma compreensão mais ampla. Visto o panorama geral, torna-se compreensível a criação, a existência, a história de uma pequena escola de um vilarejo, o que não seria possível se fosse tentada a construção isolada da história deste singelo estabelecimento.

Com este pequeno texto, ficamos na expectativa de ter sido dada uma rápida base teórica para a introdução à investigação em história das nossas instituições escolares, sejam da educação escolar formal, não formal ou informal, profissional, especial ou da educação complementar, seja de ensino maternal, básico ou superior, amplo ou estreito.

Posto isso, acreditamos que os historiadores e os pedagogos, os licenciados em história e os licenciados em Pedagogia, de todo o Centro-Oeste catarinense (região do Contestado), podem dar-se as mãos e partir – isoladamente ou em equipes – para montar propostas de projetos e desenvolver pesquisas científicas, destinadas a tirar do fundo do baú local ou regional as histórias das nossas instituições escolares, uma a uma.

Educational institutions in west central catarinense: introducing the construction of its history

Abstract

Inserted in the regional studies of the history of Brazilian education, in this article the author discusses his work on the theme of the History of Educational Institutions in the Midwest state of Santa Catarina. From the presentation of the word “disputed”, which identifies this geographical region, the text sets out the theoretical basis, the method adopted, the strategies used for the survey of sources, comments on the use of memories and archives, data col-

lection, analysis and historic building of regional institutions, especially schools, the result of joint work of historians and educators.

Keywords: Contestado. History. Institutions. Memory. Schools.

Notas

- ¹ Conferência original ao VII Encontro Científico-Pedagógico e IV Simpósio da Educação, na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras - Fafuv, de União da Vitória - PR, em 25 de maio de 2010.
- ² É toda a área geográfica no tempo presente integrante das regiões Sul e Sudoeste do estado do Paraná e do Norte e Oeste do Estado de Santa Catarina, objeto da “Questão de Limites”, tendo por fronteiras: ao norte, os rios Negro e Iguaçu; ao sul, os rios Canoas e Uruguai; a leste, os Campos de Lages; e a oeste, a Argentina.
- ³ Área geográfica localizada dentro do território Contestado, hoje no Centro-Oeste do estado de Santa Catarina, habitada pelo homem do Contestado, onde ocorreu a Guerra do Contestado, limitada: ao norte, pelos rios Negro e parte do Iguaçu; ao sul, pelos rios Canoas e parte do Uruguai; a leste, pela Serra Geral; e a oeste, pela Serra da Taquara Verde e pelo Vale do Rio do Peixe.
- ⁴ Conflito que aconteceu entre 1913 e 1916, envolvendo, de um lado, a população sertaneja (cabocla) e, do outro, forças militares e civis. A história considera que foi um destacado evento histórico, movimento social resultante da revolta da população regional campesina à ordem vigente, ou seja, uma insurreição da população cabocla.
- ⁵ Genericamente, é ligado à população luso-brasileira mais antiga da região do Contestado. Ele é originalmente conhecido como “caboclo”. Categoria predominante no território até 1917, abrange também representantes aculturados das primeiras etnias povoadoras da região na segunda metade do século XIX.
- ⁶ Solução encontrada para encerrar a disputa pela fronteira interestadual. Acordo assinado pelos respectivos governadores em 16 de outubro de 1916 sob a chancela da Presidência da República, homologado pelas assembleias Legislativas e aprovado pelo Congresso Nacional em 3 de agosto de 1917.
- ⁷ A região é a área de abrangência da Universidade do Contestado (UnC), da Universidade do Oeste Catarinense (Unoesc), da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac) e de outras instituições de educação superior que nela atuam, como é o caso das faculdades e universidades paranaenses de União da Vitória e de Palmas.
- ⁸ Conferência “Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas” proferida na sessão de abertura da V Jornada do HISTEDBR, 9 de maio de 2005, em Sorocaba - SP.
- ⁹ Ver as produções dos doutores Demerval Saviani, Sérgio Castanho, José Luís Sanfelice, Diana Gonçalves Vidal, Maria Isabel Moura Nascimento, José Claudinei Lombardi, Maria Elisabeth Blanck Miguel, Olinda Noronha, Teresa Jussara Luporini, Gilberto Luiz Alves, Sandino Hoffmann, Norberto Dallabrida, entre os que integram o Histebr, além de muitos outros renomados pesquisadores na área.
- ¹⁰ Para temas, escolhemos “história da educação”, delimitando inicialmente o problema em A história da educação da região do Contestado, em Santa Catarina, de 1889 a 1930. Entretanto, mesmo elegendo a República Velha como o período central a ser investigado, optamos por iniciar nosso estudo ainda na abordagem de aspectos educacionais nos anos finais do Império, considerando a importante reforma do ensino de 1881 na província de Santa Catarina e a realidade da instrução pública no Paraná nos anos imediatamente anteriores à proclamação. Para encerrar o tempo histórico, num primeiro momento escolhemos o tempo entre a Revolução de 1930 e a proximidade do Estado Novo, quando, em 1935, procedeu-se ampla reorganização do ensino catarinense e, nele, observamos terem acontecido muitas mudanças radicais no Estado, políticas, sociais, econômicas e culturais, assim também em relação à educação com reflexos nos anos seguintes e, por isso, estendemo-nos até a redemocratização, em 1946.
- ¹¹ Compreende os municípios catarinenses existentes até 1917, de Lages, Curitiba, Campos Novos e Canoinhas, os municípios criados em 1917, de Mafra, Porto União e Cruzeiro,

mais os municípios criados em 1934, de Caçador e Concórdia.

- ¹² Abrange os municípios do estado do Paraná existentes no tempo da Guerra do Contestado, de rio Negro, Três Barras, Irineópolis, Timbó, Porto União da Vitória e Palmas que, em 1917, cederam territórios para o estado de Santa Catarina.

Referências

BASBAUM, L. *História sincera da República: das origens a 1889*. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. v. 1.

BUFFA, E.; NOSELLA, P. *Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Edufscar, 1996.

CARVALHO, C. H. de. A história local e regional: dimensões possíveis para os estudos histórico-educacionais. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia: UFU, n. 6, jan./dez., p. 51-69, 2007.

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, Ciências e Letras de União da Vitória. *Histórico da Fafuv*. Disponível em: (<http://www.fafuv.br/historico.php>). Acesso em: 2010.

GATTI JÚNIOR, D. Apontamentos sobre a pesquisa histórico-educacional no campo das instituições escolares. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia: UFU, v. 1, n. 1, p. 29-31, jan./dez. 2002.

NASCIMENTO, M. I. M. Reconstrução histórica das instituições escolares públicas do Paraná. *Revista HISTEDBR on-line*, ISSN: 1676-2584, Campinas: Unicamp, n. 35, p. 83-191, set. 2009.

REFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder (1993)*. Trad. de Maria Cecília França. São Paulo: Ática.

RODRIGUES, J. H. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965.

SANFELICE, J. L. História das instituições escolares. In: *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Cam-

pinas: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba: Uniso; Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 75-94.

SAVIANI, D. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: *JORNADA DO HISTEDBR*, V, Sorocaba - SP, Uniso, 9 maio 2005.

THOMÉ, N. *A política no Contestado*. Contribuição ao estudo da formação política da região do Contestado em Santa Catarina – da Proclamação da República à Redemocratização de 1946. Fev. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas e Universidade do Contestado, Caçador. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Unicamp/UnC.

_____. *A formação do homem do Contestado e a educação escolar* – República Velha. Fev. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas. Programa de Pós-Graduação. Faculdade de Educação.

WERLE, F. O. C. História das instituições escolares: responsabilidade do gestor escolar. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia: UFU, n. 3, p. 109-119, jan./dez. 2004.